CONSTRUÇÃO ENDÓGENA DA PAZ NO DELTA DO NÍGER: ABORDAGENS CENTRADAS NA COMUNIDADE E CAMINHOS ALTERNATIVOS DE DESENVOLVIMENTO

Tope Shola Akinyetun[1]
Ikponmwosa Ebomoyi[2]
Ambrose Osariyekemwen Iyase[3]

Introdução

O Delta do Níger integra uma das regiões mais voláteis da Nigéria, marcada por um longo histórico de assassinatos políticos, martírios, negligência, agitação social, insurgência armada e conflitos violentos. O assassinato de Ken Saro-Wiwa e de outros oito líderes ogoni, em 1995, bem como a repressão aos protestos ambientais e o massacre de civis em Odi, em 1999, são exemplos de martírio e violência política com profundo simbolismo (African Studies Centre 1999; Francis et al. 2011). Esses episódios também envolveram mobilizações relacionadas à injustiça ambiental, poluição e degradação ambiental, fatores que dificultam o desenvolvimento da região. Paradoxalmente, essa situação evidencia a fragilidade da paz no país, uma vez que a região é essencial para a Nigéria por abrigar grandes reservas petrolíferas, principal fonte de receitas governamentais. Por exemplo, estima-se que os

1 Departamento de Ciência Política, Universidade de Educação do Estado de Lagos. Oto/Ijanikin, Nigéria. E-mail: akinyetunts@lasued.edu.ng. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1906-3410.

2 Departamento de Ciência Política, Universidade de Benin. Cidade de Benin, Nigéria. E-mail: ikponmwosa.ebomoyi@uniben.edu. ORCID: https://orcid.org/0009-0000-0776-5231.

3 Departamento de Ciência Política, Universidade de Benin. Cidade de Benin, Nigéria. E-mail: ambrose.iyase@uniben.edu. ORCID: https://orcid.org/0009-0009-4925-4953.

https://doi.org/10.22456/2448-3923.150670

ataques a instalações petrolíferas, em decorrência das ações de grupos armados na região, tenham causado perdas significativas de aproximadamente 130 milhões de barris de petróleo somente em 2016 (Fatunji 2016) e 2,3 trilhões de nairas nigerianas em 2023 (Okonkwo 2023).

Enquanto isso, entre 11 e 17 de janeiro de 2025, foram registrados 179 casos de roubo de petróleo, envolvendo 55 refinarias ilegais e 29 conexões clandestinas a oleodutos no Delta do Níger (Olawin 2025). No período entre janeiro de 2019 e outubro de 2022, 48 escritórios da Comissão Eleitoral Nacional Independente (INEC, do inglês: *Independent National Electoral Commission*) foram incendiados, enquanto prédios governamentais em pelo menos nove estados da região foram alvo de ações milicianas e de violência politicamente motivada (George 2022). Além de desencadear uma onda de sequestros, ataques à infraestrutura governamental e perdas humanas e patrimoniais, a insurgência armada também provocou perdas financeiras expressivas, estimadas pelo governo em 10 bilhões de nairas nigerianas por dia em 2016, ano em que os ataques às plataformas petrolíferas atingiram maior intensidade (Okere et al. 2016).

O conflito, portanto, comprometeu tanto a paz quanto os esforços de sua consolidação. Embora o governo liderado pelo presidente Musa Yar'Adua tenha lançado, em 2009, o Programa Presidencial de Anistia (PAP, do inglês: *Presidential Amnesty Program*), na tentativa de desmobilizar os grupos armados, a busca por uma paz sustentável na região permanece infrutífera. Além da baixa eficácia do programa, atribuída à sua politização, corrupção, controle ineficaz, falta de transparência e má gestão do governo (Ebiede et al. 2020; Sarki 2009), os ataques e a destruição da infraestrutura petrolífera persistem: em 2025, militantes armados realizaram ataques a oleodutos e terminais que conectam uma parcela significativa da produção (The Defense Post 2025).

Para promover a paz na região, foram contratadas forças de segurança não estatais, como os Serviços de Segurança Tantita, liderados por Tompolo e em atividade desde agosto de 2022, para atuar em conjunto com os serviços de segurança do Estado. Como resultado, milhares de casos de roubo de petróleo e vandalismo de oleodutos foram detectados, instalações ilegais foram destruídas e infraestruturas críticas do setor petrolífero passaram a ser patrulhadas e protegidas regularmente (Kazeem 2025). Outras estratégias de construção da paz incluem negociação e diálogo, como a realização rotineira de mesas-redondas entre Estado, comunidades e empresas petrolíferas, embora frequentemente resultem em promessas vazias ou memorandos de entendimento mal executados (Ajodo-Adebanjoko 2017; Francis et al. 2011). O desenvolvimento centrado nas pessoas deveria ser promovido por meio

do envolvimento das partes interessadas em agências, como a Comissão de Desenvolvimento do Delta do Níger (NDDC, do inglês: *Niger Delta Development Commission*). No entanto, a agência tem sido marcada por corrupção, abandono de projetos e domínio de elites políticas, deixando as comunidades alienadas (Ivongbe et al. 2025). Da mesma forma, o policiamento comunitário e os grupos de vigilantes foram incentivados a conter a insegurança. Contudo, na ausência de mecanismos adequados de controle e responsabilização, esses grupos foram rapidamente cooptados por lideranças locais influentes e passaram, com frequência, a alimentar espiral de violência (Akinfenwa e Egbejule 2025).

Paralelamente, iniciativas locais de capacitação, como treinamentos de habilidades para jovens e programas de empreendedorismo no âmbito do Programa de Anistia, foram inicialmente consideradas bem-sucedidas, mas posteriormente enfraquecidas por práticas clientelistas, baixa absorção do mercado de trabalho e pela ausência de setores econômicos capazes de empregar os jovens formados (Ebiede 2018). Por fim, os esforços de recuperação ambiental, como a limpeza de Ogonilândia, orçada em 1 bilhão de dólares e iniciada em 2016, têm sido marcados atrasos, restrições de financiamento e efeitos limitados sobre as comunidades que vivem ao longo dos cursos d'água e das terras agrícolas contaminadas por petróleo (Anistia Internacional 2020; Odinaka 2023). Essas intervenções ainda não conseguiram conter o conflito, e a paz permanece distante. Tais fracassos evidenciam um paradoxo: apesar de serem apresentadas sob a retórica do diálogo, da participação e do desenvolvimento, essas iniciativas não têm sido capazes de promover a paz, uma vez que se mostram inadequadas e/ou politizadas, impostas de cima para baixo e/ou insuficientemente sustentadas ao longo do tempo. Esse padrão ineficiente reforça a necessidade de uma mudança em direção a formas endógenas e comunitárias de construção da paz.

A literatura existente tem analisado diferentes dimensões do conflito e da construção da paz no Delta do Níger. Ikelegbe (2017) examina a intersecção entre disputas em torno do petróleo, fragilidade do Estado e transições pós-conflito, situando a violência no contexto mais amplo da economia política do controle de recursos. Ebiede et al. (2020) concentraram-se no Programa de Anistia Presidencial e reconheceram que este conseguiu desmobilizar parcialmente grande parte dos insurgentes, embora não tenha sido capaz de promover reintegração duradoura e uma paz sustentável. De forma semelhante, Inyang (2018) analisa a relação entre a insurgência armada e a inquietação juvenil como produto da política do petróleo, enquanto David (2025) destaca as queixas e inseguranças enfrentadas pelas comunidades, que alimentam a insurgência.

Em relação à construção da paz, Mamudu et al. (2021) argumentam que as relações entre empresas petrolíferas e comunidades e a responsabilidade social corporativa desempenham um papel central na gestão de conflitos, enquanto Courson (2016) enquadra a crise do Delta do Níger no âmbito da política global da petroviolência. Outras iniciativas, como a limpeza ambiental de Ogonilândia, também têm sido consideradas pela literatura como potenciais instrumentos de promoção da paz; no entanto, são marcadas por atrasos contínuos e falhas de governança (Odinaka 2023). O que ainda falta, nesse sentido, é uma análise da construção endógena da paz: esforços de paz baseados na agência local, no desenvolvimento liderado pelas comunidades e na restauração ambiental. Nesse contexto, o presente estudo examina a construção da paz centrada na comunidade e modelos alternativos de desenvolvimento no Delta do Níger. Em particular, analisa como os atores locais articulam estratégias de inclusão, diálogo, segurança comunitária e diversificação de meios de subsistência, e como estas podem ser concebidas como caminhos viáveis para uma paz sustentável na região.

Referencial Teórico

Este artigo utiliza a Teoria das Necessidades Humanas (HNT, do inglês: *Human Need Theory*) como arcabouço conceitual para examinar o processo de construção da paz no Delta do Níger. A HNT, desenvolvida por Burton (1990, 2024), sustenta que os conflitos persistem quando necessidades humanas básicas, como segurança, identidade, participação, reconhecimento e desenvolvimento, são sistematicamente negadas. Diferentemente dos interesses, que podem ser negociados, as necessidades humanas são inegociáveis, e sua não satisfação gera conflitos prolongados e violentos (Burton 1990). A ideia central da HNT é que a paz sustentável não pode ser estabelecida sem a garantia de condições materiais e relacionais básicas, incluindo participação, reconhecimento e dignidade (International Peace Institute 2018). Assim, qualquer intervenção que não aborde essas necessidades será inevitavelmente ineficiente ou temporária.

A aplicação da HNT ao caso do Delta do Níger destaca a incapacidade de conter a militância armada e o fracasso recorrente de intervenções nas quais as necessidades humanas básicas não são priorizadas. Quando necessidades fundamentais de segurança, identidade, participação e desenvolvimento são sistematicamente negadas, o conflito persiste (Burton 1990). Programas e agências estatais, como o Programa Presidencial de Anistia (PAP) e a Comissão de Desenvolvimento do Delta do Níger (NDDC), busca-

ram promover a estabilidade por meio de subsídios, contratos e treinamentos. No entanto, esses esforços se concentraram em interesses imediatos e não abordaram as injustiças estruturais e as necessidades profundas, mantendo, assim, a fonte do conflito. Ebiede et al. (2020) observam que, sem governança inclusiva e instituições capazes de ouvir as comunidades, essas necessidades permanecem sem serem atendidas, fazendo com que as disputas assumam novas formas e manifestações.

O Delta do Níger constitui um exemplo expressivo desse cenário. As comunidades têm insistido reiteradamente em sua inclusão nos processos decisórios, na promoção da boa governança e no reconhecimento de sua participação no processo de paz. A população jovem tem reivindicado acesso à educação, oportunidades de emprego e iniciativas de capacitação na região, consideradas essenciais para garantir alternativas de subsistência viáveis à militância armada (Ikelegbe 2017). Outra dimensão central é a segurança ecológica: décadas de derramamentos de petróleo, desmatamento e poluição degradam severamente os setores agrícola e pesqueiro, enquanto iniciativas de limpeza ambiental, incluindo a limpeza de Ogonilândia, frequentemente sofrem interrupções ou são politizadas. Essas reivindicações ambientais ressaltam o papel da privação de necessidades básicas de sobrevivência na promoção de conflitos de longa duração. Além disso, as intervenções estatais têm sido comprometidas por corrupção e má gestão, corroendo a dignidade e a confiança das comunidades e contribuindo mais para fragmentação do que para a reconciliação (Akinyetun 2023b; 2024; Odinaka 2023).

Esses efeitos da militância armada reforçam a relevância da HNT. O desemprego generalizado, a gravidez na adolescência e o trauma psicossocial são testemunhos do descaso com as necessidades de proteção e identidade das populações vulneráveis, especialmente mulheres e crianças (Uche e Uche 2025). As comunidades também desenvolveram seus próprios sistemas de segurança locais, como grupos de vigilantes, em resposta à incapacidade do Estado de atender às suas necessidades fundamentais de segurança. A HNT mostra-se relevante por sua capacidade explicativa para a compreensão das falhas das intervenções anteriores. Programas impostos de cima para baixo e conduzidos externamente fracassaram em produzir paz duradoura justamente por não enfrentarem as necessidades fundamentais das comunidades. Contudo, críticos argumentam que a teoria pode ser excessivamente ampla e abstrata, além de apresentar dificuldades na definição e operacionalização das necessidades humanas (Bradshaw e Lötter 2019). Ademais, a teoria tende a minimizar desigualdades de poder profundamente enraizadas, que podem dificultar a garantia das demandas da comunidade. Ainda sim, apesar dessas limitações, a HNT mostra-se particularmente aplicável ao caso do Delta

do Níger, onde questões relacionadas à participação, meios de subsistência, dignidade e justiça ecológica ainda estão na raiz dos conflitos regionais.

A utilização da HNT demonstra que a paz no Delta do Níger não será alcançada por meio de concessões entre elites ou medidas paliativas. As iniciativas dificilmente serão eficazes enquanto condições básicas — como participação, reconhecimento, meios de subsistência, segurança ecológica e dignidade — permanecerem negligenciadas. A teoria, portanto, oferece uma perspectiva conceitual para compreender a persistência do conflito e uma orientação normativa para repensar a construção da paz, deslocando o foco de uma estabilidade limitada para abordagens endógenas que satisfaçam as necessidades humanas como fundamento de uma paz sustentável.

Metodologia

A abordagem metodológica adotada baseia-se em uma perspectiva qualitativa, interpretativa e orientada pela investigação empírica. Considerando o conflito e a construção de paz no Delta do Níger como fenômenos complexos, métodos qualitativos mostram-se mais adequados para refletir sobre as experiências vividas, percepções e estratégias dos atores locais. A pesquisa baseia-se em dados obtidos por meio de entrevistas em profundidade com membros das comunidades, lideranças e outras partes interessadas no Delta do Níger. A amostra é composta por 49 participantes de diferentes comunidades da região, selecionados aleatoriamente. A amostragem foi diversificada em termos de gênero, idade e funções sociais (com prioridade para indivíduos diretamente afetados pela militância armada ou envolvidos em processos de construção da paz). Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, nas quais se abordaram os impactos da insurgência armada sobre a vida da comunidade, os efeitos socioeconômicos e ambientais do conflito, as percepções sobre as intervenções conduzidas pelo Estado e as visões dos moradores sobre a paz. As entrevistas foram conduzidas em inglês e pidgin (idioma preferido pela maioria dos participantes), gravadas mediante autorização e posteriormente transcritas.

A familiarização com o material empírico ocorreu por meio de leituras repetidas das transcrições. A codificação foi realizada de forma a manter estreita conexão interpretativa com o conteúdo dos relatos, e citações diretas foram selecionadas para preservar as vozes dos entrevistados. A análise interpretativa buscou situar esses relatos no contexto mais amplo da literatura sobre conflito e construção da paz no Delta do Níger. Para ampliar a validade

da pesquisa, a análise buscou triangular os dados das entrevistas com informações secundárias, incluindo documentos de políticas públicas, relatórios, artigos acadêmicos, artigos de jornais e fontes da internet. Paralelamente, a reflexividade foi mantida durante o processo analítico, considerando a posição do pesquisador e as decisões interpretativas adotadas durante a codificação. Os padrões éticos de pesquisa foram rigorosamente respeitados durante a realização das entrevistas. O consentimento livre e esclarecido foi obtido, e os objetivos do estudo foram explicados aos participantes antes do início da entrevista. Também foi assegurado o anonimato dos respondentes por meio do uso de pseudônimos e códigos de identificação (por exemplo: A1, B2...).

Resultados e Discussão

Esta seção do estudo apresenta a análise das opiniões dos participantes sobre o assunto, as quais foram sintetizadas e representadas tematicamente.

Concepções Comunitárias sobre a Construção da Paz

Com base nas entrevistas, observa-se que os participantes no Delta do Níger compreendem a construção da paz como um processo multidimensional que envolve inclusão, diálogo, governança transparente e recuperação ambiental. A paz deixa de ser concebida apenas como o fim das hostilidades e passa a ser entendida como a institucionalização de estruturas capazes de garantir participação significativa e reparação material. Essa primeira percepção dialoga com o argumento de Jarikre (2025), segundo o qual a violência no Delta do Níger está enraizada em uma economia política da exclusão; no entanto, também amplia esse debate ao trazer as vozes da comunidade para a definição da paz a partir de suas experiências e percepções cotidianas. A necessidade de incluir e envolver as partes interessadas é um tema dominante. Como exemplo, um dos entrevistados afirmou que a paz requer "envolvimento das partes interessadas, participação da comunidade, governança transparente, programas econômicos e desenvolvimento de infraestrutura"[45], enquanto outro argumentou que "formuladores de políticas e partes interessadas [deveriam] colaborar por meio do diálogo político para garantir

4 A1. Entrevista feita por Tope Akinyetun, Okrika, Estado de Rivers (Delta do Níger), 27 de junho de 2025.

5 Tradução nossa. No original: "*Stakeholders' engagements, community participation, transparent governance, economic programs, infrastructure development*".

uma participação efetiva das partes interessadas na abordagem das questões decorrentes da exploração de petróleo"[6][7]. Essas visões demonstram que, para os atores locais, deve haver um poder real de tomada de decisão e acesso a recursos. Essa posição converge com estudos anteriores sobre construção da paz participativa (Ikelegbe 2017) e, ao mesmo tempo, evidencia as deficiências das consultas conduzidas pelo Estado, frequentemente reduzidas a acordos entre elites.

Outra estratégia destacada pelos entrevistados como essencial para a construção de confiança foi o diálogo e a negociação. Segundo um dos participantes, a construção da paz só é possível "facilitando um diálogo inclusivo e parcerias entre as comunidades locais e as organizações internacionais para implementar planos de desenvolvimento sustentável"[8][9]. Outro participante enfatizou que "os formuladores de políticas devem se engajar com diversas partes interessadas, incluindo líderes comunitários, organizações da sociedade civil, empresas e instituições acadêmicas, por meio de diálogo e consulta regulares"[10][11]. Essas descrições sugerem que o diálogo não deve ser entendido como um acordo pontual, mas como um processo interativo contínuo e com responsabilização, o que converge com as críticas às práticas de consulta da Comissão de Desenvolvimento do Delta do Níger, que historicamente não têm dado seguimento à sua implementação (Ebiede 2018; Ebiede et al. 2020).

Além disso, os entrevistados associaram a paz à governança transparente. Segundo um dos participantes, "deve haver transparência no programa de anistia e na formação profissional"[12][13]. Outros relacionaram essa questão

6 B2. Entrevista feita por Ikponmwosa Ebomoyi, Nembe, Estado de Bayelsa (Delta do Níger), 4 de maio de 2025.

7 Tradução nossa. No original: "*policy makers and stakeholders [should] collaborate in the areas of policy dialogues to give room for effective stakeholders' participation in addressing the issues arising from oil exploration*".

8 C3. Entrevista feita por Ikponmwosa Ebomoyi, Brass, Estado de Bayelsa (Delta do Níger), 16 de maio de 2025.

9 Tradução nossa. No original: "*by facilitating an inclusive dialogue and partnerships among local communities, and international organizations to implement sustainable development plans*".

10 I9. Entrevista feita por Tope Akinyetun, Bonny, Estado de Rivers (Delta do Níger), 3 de julho de 2025.

11 Tradução nossa. No original: "*policymakers should engage with various stakeholders, including community leaders, civil society organizations, businesses, and academic institutions through regular dialogue and consultation*".

12G7. Entrevista feita por Ikponmwosa Ebomoyi, Biseni, Estado de Bayelsa (Delta do Níger), 23 de abril de 2025.

13 Tradução nossa. No original: "*let there be transparency in the amnesty program, and education training*".

a uma problema mais profundo: a deterioração institucional; "o desafio à autoridade estatal e o estabelecimento de sistemas paralelos de governança que levaram à corrupção, ao abuso de poder e à ruptura das instituições"[14][15]. Essas narrativas demonstram a insatisfação com os procedimentos vagos de iniciativas como o Programa de Anistia e os projetos da NDDC, percebidos pelas comunidades como mecanismos voltados às elites, e não ao desenvolvimento local (Nwabueze e Inokoba 2017). Isso evidencia a necessidade de uma governança efetiva para transformar o diálogo em realidade.

Entre as principais conclusões identificadas nos dados, destaca-se a ênfase na restauração do meio ambiente como instrumento de promoção da paz e da convivência comunitária. Os entrevistados frequentemente associaram a continuidade do conflito à degradação ecológica. Por exemplo, a "degradação ambiental (falta de terras férteis para agricultura e produção de alimentos)"[16][17] foi apontada como um dos principais pontos de insatisfação, enquanto outro participante afirmou que "as comunidades enfrentam principalmente problemas como a poluição ambiental resultante do vandalismo em oleodutos. Esse problema poderia ser resolvido com a limpeza das áreas afetadas"[18][19]. Outro entrevistado defendeu que o "reflorestamento, a limpeza da poluição e a recuperação dos cursos d'água, podem beneficiar tanto o meio ambiente quanto as comunidades locais"[20][21]. Essas visões, destacadas por Mosello et al. (2024), sugerem que a restauração ambiental não é apenas uma questão marginal, mas sim um elemento central para a construção de uma paz sustentável. Assim, recuperação ecológica, reconciliação e segurança dos meios de subsistência são essenciais para os imaginários locais de paz,

14 J10. Entrevista feita por Ambrose Iyase, Egbema, Estado do Delta (Delta do Níger), 22 de maio de 2025.

15 Tradução nossa. No original: "*challenge of state authority and establishment of parallel systems of governance which have led to corruption, abuse of power, and a breakdown of institutions*".

16 A1. Entrevista feita por Tope Akinyetun, Okrika, Estado de Rivers (Delta do Níger), 27 de junho de 2025.

17 Tradução nossa. No original: "*environmental degradation (no fertile land for farming, food production)*".

18 C3. Entrevista feita por Ikponmwosa Ebomoyi, Brass, Estado de Bayelsa (Delta do Níger), 16 de maio de 2025.

19 Tradução nossa. No original: "*communities mostly encounter issues such as environmental pollution resulting from pipeline vandalism. This issue could be addressed by cleaning the affected communities*".

20 J10. Entrevista feita por Ambrose Iyase, Egbema, Estado do Delta (Delta do Níger), 22 de maio de 2025.

21 Tradução nossa. No original: "*reforestation, cleaning up pollution, and restoring waterways, which can benefit both the environment and local communities*".

reforçando a ideia de que a recuperação do meio ambiente é indispensável para a construção endógena da paz.

De maneira geral, esses resultados demonstram que os atores comunitários no Delta do Níger compreendem o conceito de construção da paz como um processo multifacetado que envolve a inclusão de todos, o diálogo contínuo, a governança aberta e a restauração ambiental. Assim, a instrumentalização do diálogo ou o adiamento de medidas reparatórias tendem a corroer a confiança e favorecer o ressurgimento do conflito (Coning et al. 2022). Portanto, a paz é processual e necessita de justiça distributiva e legitimidade institucional. Intervenções voltadas para a paz devem priorizar caminhos endógenos, participativos e ecologicamente orientados.

Intervenções Estatais Inadequadas

Os entrevistados criticaram as intervenções conduzidas pelo Estado no Delta do Níger, em particular o Programa Presidencial de Anistia (PAP) e a limpeza ambiental de Ogonilândia. Embora reconheçam que esses programas visavam conter a militância armada e estimular o desenvolvimento, os entrevistados frequentemente os descreveram como iniciativas partidárias, ineficazes e incapazes de amenizar os descontentamentos subjacentes ao conflito. Essa percepção corrobora com a conclusão de Ajibola (2015), segundo a qual, embora o Programa de Anistia tenha reduzido a insurgência no curto prazo, não conseguiu promover a reintegração e a paz a longo prazo. Os participantes descreveram o Programa de Anistia como um símbolo de corrupção e marginalização. Um deles afirmou que seria possível manter a paz se "houvesse transparência no programa de anistia e formação educacional"[22][23]. Outros criticaram a distribuição desigual dos benefícios, alegando que a maioria dos jovens de áreas carentes não tinha acesso a nenhum programa de treinamento ou apoio. Esses relatos sugerem que Ansorg e Kurtenbach (2023) estão corretos ao afirmar que as intervenções relacionadas à anistia correm o risco de reproduzir ciclos de marginalização quando os benefícios são capturados por elites locais. Para os entrevistados, a questão estava relacionada ao escopo limitado do programa e à estrutura de sua governança, que não conseguiu inspirar confiança entre aqueles que pretendia reintegrar.

A Comissão de Desenvolvimento do Delta do Níger (NDDC) também foi descrita como ineficaz e comprometida. Os entrevistados mencionaram

22 G7. Entrevista feita por Ikponmwosa Ebomoyi, Biseni, Estado de Bayelsa (Delta do Níger), 23 de abril de 2025.

23 Tradução nossa. No original: *"there is transparency in the amnesty program, and education training"*.

projetos inacabados mantidos pela agência e a ausência de melhorias em suas comunidades. Segundo um entrevistado, "esses desafios podem ser mitigados e abordados de forma eficaz por meio do engajamento das partes interessadas e da provisão de serviços básicos, etc."[24][25], o que indiretamente destaca a falha de instituições como a NDDC em atender às demandas básicas. Alguns argumentaram que as intervenções da NDDC foram mais simbólicas do que substanciais, apesar dos elevados recursos destinados à agência, posicionamento que valida as críticas anteriores de captura do projeto pelas elites e corrupção dentro da instituição (Policy and Legal Advocacy Centre 2020). Da mesma forma, o programa de limpeza de Ogonilândia, iniciado em 2016, também foi alvo de críticas. Embora alguns entrevistados tenham citado a recuperação ambiental como um fator significativo para a construção da paz, lamentaram que a limpeza de fato tem sido lenta, descoordenada e distante da realidade das comunidades. Um dos entrevistados destacou a importância do "reflorestamento, da limpeza da poluição e da restauração dos cursos d'água"[26][27] como medidas fundamentais para restaurar os meios de subsistência e a confiança. Essas opiniões corroboram com a análise de Odinaka (2023), que aponta que a limpeza tem sido prejudicada por falta de financiamento, ineficiência burocrática e falta de envolvimento da comunidade, minando a capacidade de construção da paz da região.

Além disso, também se observa a percepção de que atores armados não estatais frequentemente preenchem as lacunas de governança ao buscar controlar infraestruturas petrolíferas e estatais estratégicas. Os entrevistados mencionaram como grupos de vigilantes e ex-organizações militantes assumiram funções de proteção de oleodutos e instalações governamentais, geralmente em regime contratual ou informal. Isso revela um paradoxo, pois intervenções estatais destinadas a desmobilizar militantes, em alguns casos, resultaram na reintegração desses atores como agentes de segurança paraestatais. Essas dinâmicas coincidem com as descobertas de Iheduru (2023) e Kazeem (2025) sobre a situação no Delta do Níger, nas quais os atores não estatais detêm um nível significativo de poder tanto na esfera securitária quanto de desenvolvimento. Somadas, essas perspectivas sugerem que os atores comunitários consideram as intervenções do Estado limitadas em

24 K11. Entrevista feita por Tope Akinyetun, Eleme, Estado de Rivers (Delta do Níger), 8 de julho de 2025.

25 Tradução nossa. No original: "*these challenges can be mitigated and addressed effectively by stakeholder engagement and provision of basic amenities, etc*".

26 J10. Entrevista feita por Ambrose Iyase, Egbema, Estado do Delta (Delta do Níger), 22 de maio de 2025.

27 Tradução nossa. No original: "*reforestation, cleaning up pollution, and restoring waterways*".

sua capacidade transformadora. A anistia tem sido vista como uma medida paliativa, em vez de uma solução estrutural. Da mesma forma, a NDDC está associada à corrupção, enquanto a limpeza de Ogonilândia ainda não conseguiu promover justiça ecológica. Fica evidente a frágil legitimidade do Estado na região. Tal cenário reforça a necessidade de adotar formas endógenas de construção da paz, baseadas em abordagens concebidas localmente, transparência, participação e reabilitação ecológica.

Estratégias Locais de Segurança

O policiamento comunitário, os grupos de vigilantes e o papel dos atores não estatais foram mencionados diversas vezes pelos entrevistados como elementos fundamentais no controle da insegurança no Delta do Níger. Essas iniciativas foram simultaneamente apoiadas e alvo de ressalvas. Por um lado, foram percebidas como respostas sensíveis às demandas locais de segurança; e, por outro, levantaram preocupação com responsabilização e reprodução da violência. O policiamento comunitário foi inclusive mencionado por alguns entrevistados como mecanismo para restabelecer a paz e a segurança. Um dos entrevistados citou "policiamento comunitário, desmobilização e reintegração"[28][29] como estratégias-chave para a redução de conflitos. Outro afirmou que a paz exigiria "envolvimento adequado da comunidade, conscientização e educação sobre as políticas governamentais"[30][31]. O policiamento comunitário também é uma fonte de segurança e uma atividade que gera confiança aos olhos desses atores, uma vez que aproxima a governança das realidades locais. Isso é corroborado por Akinyetun (2022), que observou que as estruturas de segurança comunitárias no Delta do Níger surgiram explicitamente devido à ineficácia, à falta de confiança ou à ausência de policiamento formal.

Um paradoxo relevante, também mencionado pelos entrevistados, refere-se ao papel de atores armados não estatais, especialmente ex-militantes, que passaram a atuar, na prática, como garantidores da segurança de instalações petrolíferas e infraestruturas governamentais. Segundo observações dos participantes entrevistados, a autoridade estatal foi parcialmente terceirizada, uma vez que as forças de vigilância e os ex-insurgentes passaram a

28 A1. Entrevista feita por Tope Akinyetun, Okrika, Estado de Rivers (Delta do Níger), 27 de junho de 2025.

29 Tradução nossa. No original: "*community policing, demobilization and reintegration*".

30 F6. Entrevista feita por Ambrose Iyase, Warri, Estado do Delta (Delta do Níger), 2 de maio de 2025.

31 Tradução nossa. No original: "*proper community engagements, awareness, and education on government policies*".

ser responsáveis pela proteção dos oleodutos. Isso está em consonância com a definição de governança híbrida desenvolvida por Iheduru (2023) em seu estudo sobre a situação no Delta do Níger, no qual as fronteiras entre o estatal e o não estatal tornaram-se difusas. Embora esses arranjos possam reduzir atos de sabotagem no curto prazo, também consolidam atores armados não estatais como intermediários do poder (*power brokers*), produzindo uma paz frágil e dependente de relações clientelistas (Nextier SPD 2025).

A segurança local gerou opiniões divergentes entre os entrevistados. Embora reconhecessem a eficácia das medidas de segurança locais para lidar com ameaças de curto prazo, demonstraram preocupação com sua sustentabilidade e com os riscos associados à normalização de senhores da guerra e líderes locais autoritários (*strongmen*). Segundo um dos entrevistados, o problema reside no "estabelecimento de sistemas paralelos de governança que levaram à corrupção, ao abuso de poder e ao colapso das instituições"[32][33]. Isso sugere que, embora o policiamento comunitário e os grupos vigilantes sejam percebidos como necessários, esses sistemas também evidenciam a ineficiência das estruturas formais e a incapacidade do Estado de oferecer segurança confiável (Akinyetun 2023a).

Esses relatos destacam o fato de que a segurança não é garantida no Delta do Níger; os habitantes estão acostumados a prover sua própria segurança quando as instituições do Estado são incapazes de desempenhar suas funções. As estruturas locais de segurança são frágeis, fragmentadas e suscetíveis à cooptação. Portanto, para que a construção da paz seja sustentável, as políticas de segurança locais precisam ser institucionalizadas, reguladas e integradas a sistemas mais amplos de governança comunitária. Caso contrário, correm o risco de reproduzir padrões de violência e dependência. Embora os programas estatais geralmente se concentrem no desarmamento e na reintegração, eles pouco dialogam com as formas pelas quais as comunidades, na prática, garantem a segurança na ausência de um policiamento eficaz. Identificar e legitimar essas práticas locais de segurança, ao mesmo tempo em que se promovem responsabilização e inclusão, constitui um dos elementos centrais da construção endógena da paz na região.

32 J10. Entrevista feita por Ambrose Iyase, Egbema, Estado do Delta (Delta do Níger), 22 de maio de 2025.

33 Tradução nossa. No original: "*establishment of parallel systems of governance which have led to corruption, abuse of power, and a breakdown of institutions*".

Consequências Socioeconômicas e de Gênero da Militância Armada

Os entrevistados destacaram a magnitude dos deslocamentos e impactos socioeconômicos causados pela militância armada no Delta do Níger. Foram mencionados desemprego generalizado, gravidez na adolescência, envolvimento forçado na violência, desintegração dos meios de subsistência e trauma psicológico como efeitos permanentes do conflito. Esses efeitos influenciam diretamente a forma como as comunidades concebem a paz e os tipos de intervenção considerados prioritários. Os resultados contribuem para a literatura existente, na qual diversos autores enfatizam as consequências das dinâmicas macropolíticas do petróleo e da insurgência (Courson 2016; Ikelegbe 2017), ao destacar os custos humanos cotidianos suportados pelas famílias e comunidades. Os entrevistados citaram expressamente o desemprego e inquietação entre os jovens como uma das mais graves consequências da militância armada. Segundo um dos entrevistados, os problemas mais urgentes enfrentados por sua comunidade são "desemprego juvenil, agitação juvenil, gravidez na adolescência, perda de meios de subsistência"[34][35]. Essas narrativas são consistentes com as descobertas de Ikelegbe (2017) sobre a formação de ciclos de inquietação resultantes da exclusão da economia petrolífera, bem como os efeitos mais amplos e personalizados dessa exclusão sobre as famílias.

A dimensão feminina do conflito foi levantada ao mencionar a gravidez na adolescência e a vulnerabilidade feminina. Uma das entrevistadas lamentou o "aumento da gravidez na adolescência"[36][37], atribuído diretamente à desestruturação social e à precariedade econômica. Essa perspectiva questiona grande parte da literatura sobre o próprio Delta do Níger, historicamente centrada na militância juvenil masculina, enquanto o impacto sobre mulheres e meninas no período pós-conflito tem sido subnotificado. Também evidencia que a construção da paz não deve concentrar-se apenas nos ex-militantes, mas também abordar os danos sociais causados pela economia do conflito como um todo. Ao mesmo tempo, os entrevistados relataram processos de desintegração social e trauma psicológico. Os efeitos da violência continuam a ser sentidos. Segundo um dos participantes, em razão do "trauma psicossocial

34 H8. Entrevista feita por Tope Akinyetun, Ogoni, Estado de Rivers (Delta do Níger), 12 de junho de 2025.

35 Tradução nossa. No original: "*forced many youths into participation in militancy, drug abuse, and other vices*".

36 B2. Entrevista feita por Ikponmwosa Ebomoyi, Nembe, Estado de Bayelsa (Delta do Níger), 4 de maio de 2025.

37 Tradução nossa. No original: "*increase in teenage pregnancy*".

e do deslocamento"[38][39] após anos de insegurança, muitas famílias ainda não se recuperaram. Outros discutiram a questão da "participação forçada"[40][41] na violência e a erosão da confiança nas instituições, fatores que tendem a deixar marcas duradouras nas comunidades. Esses depoimentos corroboram a afirmação de Ebiede (2024), segundo o qual os esforços de reintegração posteriores ao Programa de Anistia não conseguiram responder adequadamente às necessidades psicossociais tanto dos ex-combatentes quanto das populações afetadas. Além disso, os impactos econômicos foram destacados. A destruição de terras agrícolas e fontes de água em decorrência de derramamentos de petróleo e da destruição associada ao conflito foi apontada como responsável pelo colapso dos meios de subsistência tradicionais. A situação é caracterizada por "degradação ambiental (ausência de terras férteis para agricultura e produção de alimentos)"[42][43], constituindo um obstáculo significativo à recuperação. A perda dos meios de subsistência não apenas aprofunda a pobreza, mas também alimenta a continuidade da militância armada, à medida que jovens frustrados retornam à violência e à sabotagem diante da ausência de alternativas (Inyang 2018).

Essas narrativas ajudam a enfatizar que os custos da militância armada são sociais e mais complexos. A construção da paz, portanto, não pode limitar-se ao desarmamento ou a acordos entre as elites, mas deve também incluir os danos de gênero, familiares e psicológicos identificados pelas próprias comunidades. Os resultados ressaltam a necessidade de superar abordagens restritas a estruturas de segurança e avançar em direção a modelos endógenos de construção da paz que priorizem o empoderamento da juventude, programas com perspectiva de gênero, diversificação de meios de subsistência e apoio psicossocial.

38 I9. Entrevista feita por Tope Akinyetun, Bonny, Estado de Rivers (Delta do Níger), 3 de julho de 2025.

39 Tradução nossa. No original: "*psychosocial trauma and displacement*".

40 L13. Entrevista feita por Ambrose Iyase, Koko, Estado do Delta (Delta do Níger), 2 de maio de 2025 de 2025.

41 Tradução nossa. No original: "*forced participation*".

42 A1. Entrevista feita por Tope Akinyetun, Okrika, Estado de Rivers (Delta do Níger), 27 de junho de 2025.

43 Tradução nossa. No original: "*environmental degradation (no fertile land for farming, food production)*".

Propostas de Políticas Baseadas na Comunidade

Os entrevistados também apresentaram propostas concretas e viáveis para a promoção da paz na região. As propostas concentraram-se na diversificação dos meios de subsistência, na formação de capital humano e na recuperação ambiental, refletindo uma visão de paz comunitária que prioriza a agência local em detrimento do paternalismo estatal (Barnett 2015). Eles também demonstraram como as comunidades imaginam modelos alternativos de desenvolvimento e segurança. A diversificação dos meios de subsistência e o desenvolvimento de capacidades apareceram como principais sugestões. Diversos entrevistados reiteraram a importância da capacitação e da educação, com um deles afirmando que a paz requer "engajamento adequado da comunidade, conscientização e educação sobre as políticas governamentais"[44][45]. Outro entrevistado exigia investimentos específicos no empoderamento dos jovens, enfatizando que "deve haver educação, bolsas de estudo e capacitação para a juventude"[46][47]. Essas propostas são dignas de nota, pois não se limitam a expressar insatisfação, mas apontam para a necessidade de uma paz duradoura baseada na criação de alternativas econômicas à militância armada e à dependência das rendas ligadas ao petróleo.

Os entrevistados também defenderam a adoção de planejamento baseado nas necessidades locais e maior controle comunitário sobre os projetos de desenvolvimento. Um dos participantes observou que "o governo deveria realizar uma avaliação das necessidades da população, para que os projetos e intervenções reflitam aquilo que as pessoas realmente desejam"[48][49]. Esse apelo rejeita soluções impostas de cima para baixo, como as relacionadas a NDDC, percebidas pelas comunidades como distantes de suas realidades. Também reforça o argumento de Peace Direct (2019), segundo o qual formas excludentes de governança tendem a perpetuar o conflito, e introduz uma prescrição local: a construção da paz deve ser desenvolvida com as comunida-

44 F6. Entrevista feita por Ambrose Iyase, Warri, Estado do Delta (Delta do Níger), 2 de maio de 2025.

45 Tradução nossa. No original: "*proper community engagements, awareness, and education on government policies*".

46 D4. Entrevista feita por Ikponmwosa Ebomoyi, Ekeremor, Estado de Bayelsa (Delta do Níger), 9 de maio de 2025.

47 Tradução nossa. No original: "*there should be education, scholarships, and empowerment for the youths*".

48 E5. Entrevista feita por Tope Akinyetun, Bori, Estado de Rivers (Delta do Níger), 19 de junho.

49 Tradução nossa. No original: "*the government should carry out needs assessment of the people, so that the projects and interventions will reflect what the people actually wan*t".

des, e não para elas. Paralelamente, a restauração ambiental foi identificada como um dos princípios-chave para a consolidação da paz. Como observa um entrevistado: "O reflorestamento, a limpeza da poluição e a restauração de cursos d'água... podem beneficiar tanto o meio ambiente quanto as comunidades locais"[5051]. Outro participante enfatizou a necessidade de "limpar as comunidades afetadas"[5253] como resposta direta à poluição relacionada às atividades petrolíferas. Essas perspectivas demonstram que as sociedades compreendem a justiça ecológica como um processo econômico, social e de reconciliação, capaz de contribuir para a estabilização e para a construção da paz. Notavelmente, os entrevistados associaram essas propostas à necessidade de transparência e responsabilização institucional. Um deles explicou que a paz sustentável depende de garantir que "haja transparência no programa de anistia e de formação educacional"[5455]. Isso sugere que, sem mecanismos efetivos de controle e responsabilização, mesmo as medidas mais bem estruturadas podem ser subvertidas pelas elites e fracassar no alcance de seus objetivos (Amer et al. 2023).

Estas propostas apresentadas por atores comunitários apontam para um modelo de construção da paz participativo, responsável e orientado para a subsistência. Elas projetam um modelo de desenvolvimento baseado nas necessidades da comunidade, operado de maneira transparente e voltado à mitigação dos danos ecológicos e da exclusão social enfrentada pelos jovens. As implicações dessas descobertas para o conjunto de pesquisas existentes sobre a construção da paz no Delta do Níger reforçam que as comunidades devem ser vistas como atores passivos diante das intervenções de estados ou corporações; elas são agentes ativos que expressam modelos endógenos de construção da paz.

---

50 J10. Entrevista feita por Ambrose Iyase, Egbema, Estado do Delta (Delta do Níger), 22 de maio de 2025.

51 Tradução nossa. No original: "*Reforestation, cleaning up pollution, and restoring waterways ... can benefit both the environment and local communities*".

52 C3. Entrevista feita por Ikponmwosa Ebomoyi, Brass, Estado de Bayelsa (Delta do Níger), 16 de maio de 2025.

53 Tradução nossa. No original: "*cleaning the affected communities*".

54 G7. Entrevista feita por Ikponmwosa Ebomoyi, Biseni, Estado de Bayelsa (Delta do Níger), 23 de abril de 2025.

55 Tradução nossa. No original: "*there is transparency in the amnesty program, and education training*".

Rumo à Construção Endógena de Paz

As evidências apresentadas anteriormente sugerem um conceito consistente, embora multifacetado, de paz entre as comunidades do Delta do Níger. Os entrevistados enfatizaram que a paz não pode ser reduzida à ausência de hostilidades ou a acordos estabelecidos entre elites. Em vez disso, compreendem a paz como uma combinação de processos interconectados que envolvem engajamento inclusivo, diálogo duradouro, governança transparente, recuperação ecológica e geração de meios de subsistência capazes de afastar os jovens da militância armada. A análise revela que, se por um lado, as comunidades reconhecem a necessidade de programas liderados pelo Estado, incluindo o Programa de Anistia, a NDDC e a limpeza de Ogonilândia; por outro, esses mecanismos, em sua grande maioria, são percebidos como intervenções de cima para baixo, politizadas e não suficientemente transformadoras. Suas críticas são consistentes com parte significativa da literatura existente (Ajibola 2015; PLAC 2020; Odinaka 2023); no entanto, elas avançam ao demonstrar como os atores locais identificam falhas não apenas nos resultados, mas também no processo, marcados por exclusão, falta de transparência e descontinuidade. Nesse sentido, os entrevistados evidenciam tanto os limites das intervenções concebidas externamente quanto a importância da presença da comunidade nos processos de construção da paz. Simultaneamente, demonstram protagonismo ao criarem suas próprias iniciativas de segurança locais, como policiamento e grupos de vigilantes comunitários. Embora essas iniciativas ajudem a suprir lacunas importantes na capacidade do Estado, também evidenciam os perigos associados às formas híbridas de governança, nas quais ex-combatentes e lideranças autoritárias (*strongmen*) passam a exercerem poderes para-oficiais. Essa dualidade destaca a força das comunidades e a fragilidade da paz em contextos em que a segurança não está plenamente institucionalizada.

Outro aspecto importante identificado refere-se aos impactos socioeconômicos e de gênero da militância armada. Os entrevistados associaram desemprego entre jovens, gravidez na adolescência, trauma e o colapso dos meios de subsistência à continuidade do conflito, argumentando que uma paz sustentável também deve abordar esses males. Essa perspectiva desloca o debate para uma abordagem mais centrada nas pessoas afetadas, de forma contrária as análises excessivamente concentradas nas rendas petrolíferas e nas lideranças insurgentes, ao lembrar que o próprio tecido social da região encontra-se em disputa (Comissão Reguladora de Petróleo Upstream da Nigéria 2024). Por fim, as propostas trazidas pelos entrevistados são convergentes, levando a um modelo de construção endógena da paz baseado em

planejamento orientado pelas necessidades locais, educação e desenvolvimento de capacidades, diversificação dos meios de subsistência, recuperação ambiental e governança aberta. Essas soluções são pragmáticas e baseadas nas próprias experiências comunitárias, e, ao enfatizar esse ponto de vista, a pesquisa demonstra que as populações do Delta do Níger não são meramente vítimas do conflito e receptoras passivas da generosidade do Estado, mas sim atores com visões e práticas próprias sobre como construir e sustentar a paz na região.

A análise demonstra que um caminho sustentável e de longo prazo para a paz no Delta do Níger não pode ser estabelecido exclusivamente pelo fortalecimento de programas centrados no Estado; ao contrário, precisa basear-se na integração formal de mecanismos comunitários de construção da paz, assegurando a participação local na formulação, monitoramento e implementação de políticas de desenvolvimento e segurança. Dessa forma, o presente estudo visa preencher a lacuna entre a literatura existente, frequentemente concentrada nos interesses de atores estatais e corporativos, e as experiências reais das comunidades locais, que continuam sofrendo os impactos da militância armada e de intervenções ineficazes.

Conclusão

Este artigo analisou abordagens comunitárias para a compreensão da construção da paz no Delta do Níger, utilizando dados qualitativos para avaliar como os atores locais expressam estratégias de inclusão, diálogo, segurança comunitária, diversificação de meios de subsistência e restauração ambiental como meios práticos para alcançar uma paz sustentável. Os resultados mostram que, embora o Estado tenha implementado medidas para enfrentar a crise, incluindo o Programa Presidencial de Anistia, a NDDC e a limpeza da região de Ogonilândia, esses esforços são geralmente vistos como politizados, pouco transparentes e desconectados das realidades locais. Essa percepção não apenas enfraquece sua legitimidade, como também ajuda a explicar por que tiveram sucesso limitado na transformação das estruturas que sustentam o conflito. Ao destacar as vozes dos atores comunitários, o artigo ressalta o papel da construção endógena da paz, entendida como iniciativas baseadas na atuação local e guiadas pelas prioridades da comunidade. Os entrevistados também argumentaram que a paz não se resume à ausência de militância armada, mas envolve igualmente governança transparente, participação efetiva, justiça ecológica e meios de subsistência sustentáveis. Além disso, identificaram os impactos socioeconômicos e de gênero da insurgência, como

desemprego entre jovens, gravidez na adolescência, participação forçada e trauma psicossocial, como obstáculos à paz que são insuficientemente abordados nos programas atuais. Os achados complementam a literatura existente, em sua maioria concentrada na economia política do petróleo e em intervenções estatais, ao destacar os impactos humanos do conflito na vida cotidiana e as soluções práticas que as comunidades desenvolveram. As implicações políticas são claras: a paz duradoura no Delta do Níger exigirá uma transição de medidas paliativas *ad hoc* e acordos entre elites para estruturas institucionalizadas e baseadas na comunidade, que incorporem responsabilização, inclusão e soluções ecológicas em sua essência. Isso implica investimentos na diversificação de meios de subsistência, capacitação e direcionamento a jovens e mulheres por meio de programas de qualificação e empoderamento, além de maior transparência na concepção e execução de projetos de desenvolvimento. Ainda, a recuperação ambiental não deve ser uma atividade marginal, pois está diretamente relacionada aos meios de subsistência e aos processos de reconciliação.

O estudo contribuiu para preencher uma lacuna na literatura sobre construção da paz em zonas de conflito com abundância de recursos. Demonstra que a análise dos conflitos relacionados ao petróleo permanece incompleta sem a incorporação dos agentes locais que definem a paz e propõem caminhos para sua concretização. Contudo, novas pesquisas ainda são necessárias para compreender de que maneira modelos de construção da paz baseadas na comunidade podem ser ampliados e institucionalizados, bem como articulados a reformas mais amplas de governança, tanto a nível nacional como empresarial. Pesquisas comparativas em outras regiões africanas dependentes de recursos naturais também podem contribuir para esclarecer se a experiência do Delta do Níger constitui um caso único ou parte de uma tendência continental mais ampla de construção endógena da paz. Em suma, a fragilidade do Delta do Níger evidencia os limites das intervenções impostas por forças externas. A paz sustentável somente poderá emergir quando participação, responsabilização, recuperação ambiental e segurança dos meios de subsistência forem colocadas no centro das estratégias de construção da paz. Estas estratégias baseadas na comunidade não apenas devem ser reconhecidas e institucionalizadas, como também devem ser entendidas como uma necessidade prática para garantir estabilidade da região mais volátil e economicamente crucial da Nigéria.

Com base nas conclusões, as seguintes medidas são recomendadas como estratégias para a promoção de uma paz sustentável no Delta do Níger. As fases de formulação e implementação dos programas de construção da paz devem incluir mecanismos que garantam a participação significativa e

efetiva da comunidade. Isso envolve espaços institucionalizados de diálogo nos quais líderes locais, mulheres e jovens possam participar ativamente, com as decisões sendo vinculadas a prazos específicos e sistemas de monitoramento. O Gabinete do Programa de Anistia Presidencial e as agências da NDDC devem adotar mecanismos transparentes de contratação e prestação de contas, incluindo auditorias comunitárias e independentes. Sem essa transparência, as intervenções continuarão sendo vistas como instrumentos de cooptação pelas elites, em vez de mecanismos de promoção da paz.

Além disso, a consolidação da paz deve priorizar a recuperação ecológica, ou seja, o reflorestamento, a limpeza ambiental e a restauração de cursos d'água, em vez de ser uma medida periférica. Isso exige acelerar a limpeza da região de Ogonilândia, intensificar as iniciativas de recuperação e vinculá-las diretamente aos meios de subsistência da comunidade por meio de emprego e capacitação profissional. Ademais, investimentos específicos em educação, formação profissional e empreendedorismo devem ser ampliados, com ênfase na inserção de jovens capacitados em setores econômicos de longo prazo e de fora da indústria petrolífera. Programas de empoderamento e bolsas de estudo devem ser estruturados de forma a reduzir a vulnerabilidade dos jovens à militância armada e à criminalidade. Adicionalmente, os modelos de consolidação da paz devem incorporar iniciativas sensíveis às questões de gênero, como apoio a jovens mulheres que engravidam na adolescência e políticas de subsistência que reflitam a contribuição econômica das mulheres. Esses problemas sociais precisam ser enfrentados para reconstruir a estabilidade da comunidade. Por fim, o policiamento comunitário e os grupos de vigilantes devem ser formalmente reconhecidos, mas também regulados por meio de estruturas legais e mecanismos de responsabilização bem definidos. Isso permitiria preservar sua capacidade de resposta às demandas locais, evitando abusos, cooptação ou a consolidação de sistemas paralelos de governança.

REFERÊNCIAS

African Studies Centre. 1999. "Nigeria: Odi Massacre Statements." *University of Pennsylvania*, 23 de dezembro. https://www.africa.upenn.edu/Urgent_Action/apic_122399.html.

Ajibola, Iyabobola O. 2015. "Nigeria's Amnesty Program." *SAGE Open* 5 (3). https://doi.org/10.1177/2158244015589996.

Ajodo-Adebanjoko, Angela. 2017. "Towards Ending Conflict and Insecurity in the Niger Delta Region: A Collective Non-Violent Approach." *ACCORD*, 12

de setembro. https://www.accord.org.za/ajcr-issues/towards-ending-conflict-insecurity-niger-delta-region/.

Akinfenwa, Gbenga, e Michael Egbejule. 2025. "How Vigilante Groups Constitute Danger to Life despite Role in Security." *The Guardian*, 24 de maio. https://guardian.ng/features/focus/how-vigilante-groups-constitute-danger-to-life-despite-role-in-security/.

Akinyetun, Tope Shola. 2022. "Policing in Nigeria: A Socioeconomic, Ecological and Sociocultural Analysis of the Performance of the Nigerian Police Force." *Africa Journal of Public Sector Development and Governance* 5 (1): 196–219. https://doi.org/10.55390/ajpsdg.2022.5.1.9.

Akinyetun, Tope Shola. 2023a. "Fighting from the Bottom Up: Community Mobilisation as a Viable Strategy in Combating Banditry in Nigeria." *ACCORD*, 20 de outubro. https://www.accord.org.za/conflict-trends/fighting-from-the-bottom-up-community-mobilisation-as-a-viable-strategy-in-combating-banditry-in-nigeria/.

Akinyetun, Tope Shola. 2023b. "The Concentric Circle of Conflict in the Lake Chad Region: Between Youth, Exclusion and Grievance." *Panoply Journal* 4: 114–42. https://doi.org/10.71166/qpn5nz92.

Akinyetun, Tope Shola. 2024. "Identity Politics, Conflict, and National Integration in Nigeria: The Youths' Perspective." *African Identities* 23 (3): 1–19. https://doi.org/10.1080/14725843.2024.2319582.

Amer, Masood, Emily Wegener, e Denitsa Zhelyazkova. 2023. *Securing progress: mapping opportunities for anti-corruption in security sector reform frameworks*. Transparency International. https://ti-defence.org/wp-content/uploads/2023/11/Securing-Progress-SSR-Frameworks-v5-WEB.pdf.

Ansorg, Nadine, e Sabine Kurtenbach. 2023. "Promoting Peace and Impunity? Amnesty Laws after War in El Salvador and Beyond." *Journal of Global Security Studies* 8 (2). https://doi.org/10.1093/jogss/ogad010.

Barnett, Michael. 2015. "Paternalism and global governance." *Social Philosophy and Policy* 32 (1): 216–43. https://doi.org/10.1017/s026505251500014x.

Bradshaw, Gavin John, e Casper Lötter. 2019. "Re-Evaluating Burton's Human Needs Approach from Critical Theory Perspectives." *International Journal of Peace Studies* 24 (1): 63–80.

Burton, John. 1990. *Conflict: Human Needs Theory*. Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1007/978-1-349-21000-8.

Burton, John W. 2024. "Needs Theory (1997)." In *Pioneers in Arts, Humanities, Science, Engineering, Practice*, 307–15. Cham: Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-031-51258-2_23

Coning, Cedric de, Ako Muto, e Rui Saraiva. 2022. *Adaptive Mediation and Conflict Resolution*. Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-030-92577-2.

Courson, Elias. 2016. "Spaces of Insurgency: Petro-Violence and the Geography of Conflict in Nigeria's Niger Delta." https://escholarship.org/content/qt8rp958w7/qt8rp958w7_noSplash_e7750d5a641f6e3f8b71d229b3529e7d.pdf.

David, James Ojochenemi. 2025. "Boko Haram and Niger Delta Avengers: Unraveling the Greed-Need-Creed Spectrum in Nigeria's Security-Development Nexus." *Frontiers in Political Science* 7 (July). https://doi.org/10.3389/fpos.2025.1562472.

Ebiede, Tarila Marclint. 2018. "Assessing the Effectiveness of Employment Programmes for Ex-Combatants: A Case Study of Nigeria's Post Amnesty Programme (PAP)." *IDS Bulletin* 49 (5). https://doi.org/10.19088/1968-2018.177.

Ebiede, Tarila Marclint. 2024. "Reintegrating Ex-Combatants or Dividing Communities? Analysing Power Inequalities in Nigeria's Amnesty Programme." Violence, Inequality and Power Lab, Joan B. Kroc Institute for Peace and Justice. https://digital.sandiego.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1107&context=ipj-research.

Ebiede, Tarila Marclint, Arnim Langer, e Jale Tosun. 2020. "Disarmament, Demobilisation, and Reintegration: Analysing the Outcomes of Nigeria's Post-Amnesty Programme." *Stability: International Journal of Security and Development* 9 (1). https://doi.org/10.5334/sta.752.

Fatunji, Anita. 2016. "Nigeria Loses over 130 million barrels in 2016 to Militancy in Niger Delta." *Ecofin Agency*, 30 de novembro. https://www.ecofinagency.com/production/3011-35989-nigeria-loses-over-130-millions-barrels-in-2016-to-militancy-in-niger-delta.

Francis, Paul, Deirdre Lapin, e Paula Rossiasco. 2011. *Securing Development and Peace in the Niger Delta: A Social and Conflict Analysis for Change*. Woodrow Wilson International Center for Scholars. https://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/media/documents/publication/AFR_110929_Niger%20Delta_0113.pdf.

George, Godfrey. 2022. "48 N'Delta INEC Offices Destroyed in Three Years – Report." *Punch Newspapers,* 31 de dezembro. https://punchng.com/48-ndelta-inec-offices-destroyed-in-three-years-report/.

Iheduru, Okechukwu. 2023. "Hybrid Maritime Security Governance and Limited Statehood in the Gulf of Guinea: A Nigerian Case Study." *Journal of Military and Strategic Studies* 22 (3). https://jmss.org/article/view/77363.

Ikelegbe, Augustine. 2017. "Oil, Resource Conflicts and the Post Conflict Transition in the Niger Delta Region: Beyond the Amnesty." CPED Monograph Series No 3. https://cped.org.ng/wp-content/uploads/2017/06/CPED-Monograph-series-No.-3-Oil-Resource-Conflicts-and-the-Post-Conflict-Transition-in-the-Niger-Delta-Region-Beyond-the-Amnesty.pdf.

International Peace Institute. 2018. "Humanitarian Action and Sustaining Peace." https://www.ipinst.org/wp-content/uploads/2018/03/0306-Humanitarian-Action-and-Sustaining-Peace.pdf.

Inyang, Bassey. 2018. "Militancy and Youth Restiveness in the Niger Delta Region of Nigeria." *African Research Review* 12 (4): 65. https://doi.org/10.4314/afrrev.v12i4.6.

Ivongbe, Jude Rukevwe, Celestine Obinna Aniagolu, e Chikasi Mercy Obodoh. 2025. "Performance Evaluation of Infrastructural Project Delivery by the Niger Delta Development Commission (2012 - 2021)." *Asian Journal of Advanced Research and Reports* 19 (9): 273–84. https://doi.org/10.9734/ajarr/2025/v19i911157.

Jarikre, Mathias. 2025. "The Political Economy of Peacebuilding in Nigeria's Niger Delta Region." *Sociological Research and Innovation* 3 (1): 155–179. https://journals.umt.edu.pk/index.php/SRI/article/view/6663.

Kazeem, Perewei. 2025. "Supporting Tantita Security's Pipeline Surveillance Efforts — a Step towards a Secure Niger Delta." *Vanguard News,* 13 de julho. https://www.vanguardngr.com/2025/07/supporting-tantita-securitys-pipeline-surveillance-efforts-a-step-towards-a-secure-niger-delta/.

Mamudu, Angela, Anthony Mamudu, Francis Elehinafe, e Damilola Akinneye. 2021. "Recent Trends in Corporate Social Responsibilities in Nigeria: A Case Study of Major Oil Firms in the Niger Delta Region." *Scientific African* 13. https://doi.org/10.1016/j.sciaf.2021.e00928.

Mosello, Beatrice, Mary Elizabeth Potts, Héctor Morales Muñoz, Sandor Madar, e Oli Brown. 2024. "Ground for Peace: Land Restoration for International Peace and Security." *Climate-Diplomacy.* https://climate-diplomacy.org/magazine/environment/ground-peace-land-restoration-international-peace-and-security.

Nextier SPD. 2025. "Local Pacts, Fragile Peace." *The Nextier Group,* 11 de setembro. https://thenextier.com/local-pacts-fragile-peace/.

Nwobueze, Chibuzor Chile, e Preye Kuro Inokoba. 2017. "Mortgaging Tomorrow's Security through Today's Graveyard Peace: A Critical Discourse of the Amnesty Programme in the Niger Delta, Nigeria." *Review of History and Political Science* 5 (2). https://rhps.thebrpi.org/journals/rhps/Vol_5_No_2_December_2017/3.pdf.

Odinaka. 2023. "$1bn Ogoni Clean-up Project: Truths, Half-Truths and Outright Lies." *Dataphyte Insight,* 29 de maio. https://dataphyte.com/topic/1bn-ogoni-clean-up-project-truths-half-truths-and-outright-lies.

Okere, Roseline, Chido Okafor, e Julius Osahon. 2016. "Government Loses N10b Daily to Oil Facilities' Attack." *The Guardian,* 13 de junho. https://guardian.ng/news/govt-loses-n10b-daily-to-oil-facilities-attack/.

Okonkwo, Omono. 2023. "Nigeria Lost N2.3 trillion to crude oil theft in 2023 – Senate." *Nairametrics,* 11 de outubro. https://nairametrics.com/2023/10/11/nigeria-lost-n2-3-trillion-to-crude-oil-theft-in-2023-senate/.

Olawin, Dare. 2025. "179 Oil Theft Incidents Uncovered in One Week – NNPCL." *Punch Newspapers,* 23 de janeiro. https://punchng.com/179-oil-theft-incidents-uncovered-in-one-week-nnpcl/.

Peace Direct. 2019. "Local Peacebuilding - What Works and Why." *Alliance for Peacebuilding*. https://www.peaceinsight.org/reports/whatworks/.

Policy and Legal Advocacy Centre. 2020. "NDDC Probe Exposes Nigeria's Corruption Underbelly." *PLAC*, 21 de julho. https://placng.org/Legist/nddc-probe-exposes-nigerias-corruption-underbelly/.

Sarki, Halif. 2009. "Niger Delta: Yar`Adua`s Amnesty Deal: Palliative or Cure?" *ISS Africa,* 09 de setembro. https://issafrica.org/iss-today/niger-delta-yaraduas-amnesty-deal-palliative-or-cure.

The Defense Post. 2025. "Militant Groups Claim Attacks on Nigerian Oil Facilities." *The Defense Post,* 13 de abril. https://thedefensepost.com/2025/04/13/militant-groups-attacks-nigeria/.

Uche, Okala Agwu, e Ijeoma Blessing Uche. 2025. "Militancy and Children's Post Traumatic Stress Disorder (PTSD): Experiences from Imo." *Social Work and Social Sciences Review* 24 (3). https://doi.org/10.1921/swssr20242255.

RESUMO

O Delta do Níger é um dos territórios mais voláteis da Nigéria, moldado por décadas de militância, devastação ecológica e uma série de intervenções de desenvolvimento que não conseguiram alcançar uma paz sustentável. Embora uma parcela significativa da literatura tenha abordado a economia política da extração de petróleo, a fragilidade do Estado e o Programa Presidencial de Anistia (*Presidential Amnesty Programme* – PAP), relativamente pouca atenção tem sido dedicada a como as comunidades do Delta conceituam a paz e a como podem colocar esse conceito em prática. Este artigo busca preencher essa lacuna ao focar em práticas endógenas de construção da paz, mais enraizadas no contexto local, que priorizam a inclusão, a responsabilização, a diversificação dos meios de subsistência e a restauração ecológica como pilares centrais. O artigo utiliza a Teoria das Necessidades Humanas, segundo a qual os conflitos persistem em contextos nos quais direitos humanos fundamentais — nomeadamente segurança, identidade, participação e desenvolvimento — são sistematicamente negados. O estudo adota um desenho qualitativo, com dados primários coletados de forma sistemática por meio de entrevistas semiestruturadas. Os dados foram codificados no NVivo, e os resultados triangulados com dados secundários. Os achados empíricos sugerem que a paz não se resume à ausência de violência, mas constitui uma interação dinâmica entre processos inter-relacionados, incluindo o envolvimento das partes interessadas, o diálogo contínuo, a governança aberta e a justiça ambiental. O estudo enfatiza que as intervenções estatais são politizadas e

frequentemente carecem de transparência. Paralelamente, práticas locais de segurança e as consequências socioeconômicas e de gênero da militância evidenciam os efeitos complexos do conflito sobre o bem-estar das comunidades. Os participantes também apresentaram recomendações de políticas públicas baseadas na comunidade, com foco na diversificação dos meios de subsistência, no empoderamento da juventude, no planejamento orientado por necessidades e na restauração ambiental.

PALAVRAS-CHAVE

Delta do Níger. Construção endógena da paz. Necessidades humanas. Militância. Participação comunitária. Justiça ambiental.

Recebido em 03 de outubro de 2025
Aceito em 23 de dezembro de 2025[56]

Traduzido por Letícia Soares Rosa

56 Como citar: Akinyetun, Tope Shola, Ikponmwosa Ebomoyi e Ambrose Osariyekemwen Iyase. 2025. "Construção endógena da paz no Delta do Níger: abordagens centradas na comunidade e caminhos alternativos de desenvolvimento." *Revista Brasileira de Estudos Africanos,* 10 (20): 164-189. https://doi.org/10.22456/2448-3923.150670.